



UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

ADMINISTRAÇÃO

PROJETO INTEGRADO

A TECNOLOGIA NO SETOR PÚBLICO

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

SETEMBRO, 2021

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
ADMINISTRAÇÃO

PROJETO INTEGRADO
A TECNOLOGIA NO SETOR PÚBLICO

MÓDULO TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PROF. PAULO CÉSAR
MONTANHEIRO

GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO – PROF. DANILO
MORAIS DOVAL

ESTUDANTE:

Camila Ragazoni Jacob RA1012020200187

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

SETEMBRO, 2021

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4
2.1.1 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL 101/2020 e LEI 4320/64	4
2.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	5
2.2.1 SISTEMAS DE APOIO À DECISÃO	5
2.2.2 SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO	5
2.2.3 OS SISTEMAS DE GESTÃO NO SETOR PÚBLICO	7
3. CONCLUSÃO	8

1. INTRODUÇÃO

A tecnologia tem como principal papel fazer com que as atividades governamentais estejam mais próximas do cidadão. Vamos abordar a relevância da gestão eficiente na administração pública , as ações para medir a eficiência na administração. Uma das maneiras de atingir esse objetivo é usar a tecnologia para diminuir o tempo de entrega de tarefas, atividades e operações

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O modelo orçamentário brasileiro é definido na Constituição Federal de 1988 do Brasil. Compõe-se de três instrumentos: o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

O PPA, com vigência de quatro anos, tem como função estabelecer as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública. Cabe à LDO, anualmente, enunciar as políticas públicas e respectivas prioridades para o exercício seguinte. Já a LOA tem como principais objetivos estimar a receita e fixar a programação das despesas para o exercício financeiro. Assim, a LDO ao identificar no PPA as ações que receberão prioridade no exercício seguinte torna-se o elo entre o PPA, que funciona como um plano de médio-prazo do governo, e a LOA, que é o instrumento que viabiliza a execução do plano de trabalho do exercício a que se refere.

De acordo com a Constituição Federal, o exercício da função do planejamento é um dever do Estado, tendo caráter determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

2.1.1 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL 101/2000 e LEI 4320/64

Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis

vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.

2.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

A Tecnologia de Informação, permite um relacionamento mais estreito e mais amplo entre o cidadão e o gestor público, tornando-se, assim, uma ‘camada de relacionamento’ não mais vinculada a serviços específicos da administração pública, mas sim ao processo democrático como um todo. Torna-se possível solicitar a disponibilização de aplicativos voltados à auditoria das ações do Estado. As associações da estratégia de uso da TI no setor público aos movimentos típicos da Reforma do Estado. Heeks (1999) apresenta seis aspectos a serem perseguidos: a Obtenção de eficiência; a Descentralização; a Accountability (maior transparência nas ações do governo); a Democratização; a Melhoria da gestão dos recursos; e, por fim, a Adoção de práticas de gestão do mercado. A evolução do uso da TI, no âmbito governamental e público, até o final do século passado, mas também influenciar as ações então em curso

2.2.1 SISTEMAS DE APOIO À DECISÃO

2.2.2 SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO

O sistema ERP (Enterprise Resource Planning) é um banco de dados em que todas as informações relativas aos processos gerenciais, produtivos e logísticos são inseridas. Dessa forma, permite às empresas maior controle e uma tomada de decisão mais assertiva.

Conceito do sistema de ERP

É um software que pode ter um servidor próprio, ser hospedado em nuvem ou distribuído em unidades de hardware.

Seu principal objetivo é automatizar rotinas empresariais para que processos sejam padronizados e o fluxo de informação integrado, entre todos os setores da organização.

Por meio de um sistema ERP, é possível monitorar resultados, diminuir custos operacionais, aumentar a eficiência produtiva, antever cenários e otimizar o gerenciamento de uma organização.

Se a sua empresa está sofrendo problemas com a organização de informações e a transmissão dela entre os diferentes setores, o momento é ideal para a implantação de um sistema ERP.

Entenda as 5 principais formas em que o sistema ERP pode transformar a administração do seu empreendimento.

Segurança

Para garantir que as rotinas sejam limitadas hierarquicamente às funções desempenhadas por cada colaborador da empresa, são criados perfis de usuários com acesso restrito às áreas determinadas pelo usuário master do sistema.

Stakeholders

Há a possibilidade de fazer o cadastro de fornecedores, vendedores, clientes e outros colaboradores, além de empresas que precisam estar acessíveis para o gerenciamento da organização e cuja informação é imprescindível para rotinas empresariais.

Produtos e Serviços

Por meio de um cadastro completo das informações dos produtos ou serviços oferecidos pela empresa, incluindo NCM, sistema tributário, histórico de compra e/ou venda, é possível elaborar relatórios para estratégias que complementam o processo de venda da empresa, assim como a redução de custos.

Controladoria e financeiro

Com um cadastro de bancos e a possibilidade de integração com relatórios, como extratos e contas pagas, por exemplo, o fluxo de caixa é mais completo, possibilitado ainda, pela criação de orçamentos, dados de faturamento, geração e baixa

de boletos de cobrança, pagamentos de empréstimos, investimentos, além da elaboração de DRE e balanço patrimonial.

2.2.3 OS SISTEMAS DE GESTÃO NO SETOR PÚBLICO

Com a evolução da tecnologia, hoje é possível contar com a gestão através dos programas ERP. Nesta categoria, o software é único e atende a instituição como um todo. Ele processa “cada operação” em todos os setores de forma automática garantindo a sincronia entre as áreas administrativas.

O ERP melhora o fluxo de informações dentro da organização, fazendo com que os dados estejam sempre atualizados e diminuindo gastos em manutenção. Os resultados são claros: redução dos custos operacionais, aumento da receita disponível para investimentos e melhor atendimento ao público, pois os usuários acessam em uma única tela as informações de diversos setores. A segurança no acesso dos dados, no caso, é mantida com senhas e permissões específicas para cada usuário.

Auxílio às tomadas de decisão é uma gestão mais efetiva das informações auxilia na identificação de quais áreas precisam de mais investimentos, assim como das estratégias a serem adotadas para reduzir custos. O sistema ERP realiza essas atividades e ainda contribui para a detecção de falhas nos processos e a visualização dos principais fatores que geram despesas desnecessárias bem como sua configuração para um monitoramento automático. Em resumo, o gestor acompanhar os KPIs (Key Performance Indicators), analisa e identifica as principais causas dos problemas, e adota medidas para solucioná-los com mais rapidez e eficiência.

3. CONCLUSÃO

Em vista dos argumentos apresentados, mostram programas para ajudar em tomadas de decisão, sistemas para melhorar a gestão pública.

Concluindo os princípios, percebe-se que a finalidade é manter a credibilidade dos órgãos públicos e garantir o bom funcionamento. Incentivou-se a gestão por objetivos, a avaliação de desempenho baseada em métricas quantitativas, o predomínio de atividades de controle propiciatórias da concretização de uma visão positivista e “científica” da realidade político-administrativa que, por sua vez, almeja beneficiar.

REFERÊNCIAS

Essa parte está reservada para as referências, as quais devem estar metodologicamente discriminadas em ordem alfabética e corresponder às citações realizadas ao longo dos textos.

As referências correspondem às citações feitas ao longo dos textos, recomendamos assistir ao vídeo: MANUAL DE TRABALHOS ACADÊMICOS, disponível no AVA em “Fala do Coordenador”.

A utilização da metodologia científica é obrigatória e deve ser utilizado o Manual UNIFEOB para Trabalhos Acadêmicos ou as Normas da ABNT.